Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32137

AUTOMEDICAÇÃO E OS RISCOS DO USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs)

SELF-MEDICATION AND THE RISKS OF IRRATIONAL USE OF OVER-THE-COUNTER MEDICINES (OTC)

AUTOMEDICACIÓN Y LOS RIESGOS DEL USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS DE VENTA LIBRE (MVL)

Larissa Azevedo dos Santos[1]
Paulo Vitor Lima Santos[2]
Luana Reboucas dos Santos[3]
Cleidiane Reis da Silva[4]
Lucileide Souza Coutinho[5]
Rosemilia Ribeiro da Cunha[6]

RESUMO: Esse artigo buscou analisar a prática da automedicação e os principais fatores associados ao uso de medicamentos sem orientação profissional. Foi realizada uma revisão de literatura, com análise de 11 estudos publicados entre 2021 e 2026, que investigaram a automedicação em diferentes grupos populacionais, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos, estudantes universitários e profissionais de farmácia. Os estudos analisados apresentaram diferentes delineamentos e contextos, permitindo identificar a frequência da prática, os medicamentos mais utilizados, os sintomas relacionados e os riscos decorrentes do uso inadequado. Os resultados demonstraram elevada ocorrência da automedicação, com maior utilização de medicamentos isentos de prescrição, especialmente analgésicos e antitérmicos. Dor, cefaleia, febre e sintomas respiratórios estiveram entre os principais motivos relatados. Também foram identificados riscos relacionados a interações medicamentosas, intoxicações e uso inadequado, inclusive entre indivíduos com conhecimento sobre medicamentos. Conclui-se que a automedicação permanece uma prática frequente e multifatorial, reforçando a necessidade de ações de educação em saúde e promoção do uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação. Medicamentos. Uso racional.

ABSTRACT: This article aimed to analyze self-medication practices and the main factors associated with the use of medicines without professional guidance. A literature review was conducted, analyzing 11 studies published between 2021 and 2026 that investigated self-medication among different population groups, including children, adolescents, adults, older adults, university students, and pharmacy workers. The studies presented different designs and contexts, allowing the identification of the frequency of self-medication, the medicines most commonly used, the symptoms associated with the practice, and the risks resulting from inappropriate use. The findings demonstrated a high occurrence of self-medication, with greater use of over-the-counter medicines, particularly analgesics and antipyretics. Pain, headache, fever, and respiratory symptoms were among the main reasons reported. Risks related to drug interactions, poisoning, and inappropriate use were also identified, including among individuals with knowledge about medicines. It is concluded that self-medication remains a frequent and multifactorial practice, reinforcing the need for health education and actions to promote the rational use of medicines.

Keywords: Self-medication. Medicines. Rational use.

[1]Graduanda em Farmácia. UNIFACS.
[2]Graduando em Farmácia. UNIFACS.
[3]Graduanda em Farmácia. UNIFACS.
[4]Graduanda em Farmácia. UNIFACS.
[5]Graduanda em Farmácia. UNIFACS.
[6]Orientadora. UNIFACS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar la práctica de la automedicación y los principales factores asociados al uso de medicamentos sin orientación profesional. Se realizó una revisión de la literatura, con el análisis de 11 estudios publicados entre 2021 y 2026, que investigaron la automedicación en diferentes grupos de población, incluidos niños, adolescentes, adultos, personas mayores, estudiantes universitarios y trabajadores de farmacias. Los estudios presentaron diferentes diseños y contextos, lo que permitió identificar la frecuencia de la automedicación, los medicamentos más utilizados, los síntomas relacionados y los riesgos derivados de su uso inadecuado. Los resultados demostraron una elevada frecuencia de automedicación, con un mayor uso de medicamentos de venta libre, especialmente analgésicos y antipiréticos. El dolor, el dolor de cabeza, la fiebre y los síntomas respiratorios estuvieron entre los principales motivos señalados. También se identificaron riesgos relacionados con interacciones medicamentosas, intoxicaciones y uso inadecuado, incluso entre personas con conocimientos sobre medicamentos. Se concluye que la automedicación sigue siendo una práctica frecuente y multifactorial, lo que refuerza la necesidad de acciones de educación sanitaria y promoción del uso racional de medicamentos.

Palabras clave: Automedicación. Medicamentos. Uso racional.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos constituem importantes recursos para a prevenção, o tratamento e o controle de agravos à saúde, sendo considerados insumos essenciais para a assistência à população. Entretanto, quando utilizados de maneira inadequada, podem ocasionar problemas relacionados à segurança, à efetividade do tratamento e à própria condição de saúde do indivíduo. Nesse sentido, o uso racional de medicamentos pressupõe que os pacientes recebam medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses adequadas e pelo período necessário (BRASIL, 2021).

Entre os medicamentos disponíveis à população encontram-se os medicamentos isentos de prescrição (MIPs), definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como aqueles que podem ser dispensados sem exigência de prescrição. O enquadramento nessa categoria considera critérios relacionados à segurança, eficácia, toxicidade e ao potencial de interação medicamentosa, entre outros requisitos estabelecidos pela regulamentação sanitária brasileira (BRASIL, 2024). A ausência da exigência de receita, portanto, não significa que esses medicamentos sejam isentos de riscos.

A utilização de medicamentos por iniciativa própria constitui uma prática frequente no Brasil e tem sido observada em diferentes grupos populacionais. Em estudo realizado em uma farmácia comunitária de Petrolina, Pernambuco, foram identificadas 153 potenciais interações medicamentosas, das quais 84,2% foram classificadas como de gravidade moderada, incluindo interações envolvendo medicamentos isentos de prescrição (MORORÓ IC, et al., 2021). Entre

adolescentes de 18 e 19 anos, estudo realizado em São Luís, Maranhão, com 2.515 participantes, identificou elevada ocorrência de automedicação, sendo a maior parte dos medicamentos utilizados nessa prática correspondente a produtos de venda livre (GODINHO JL, et al., 2022).

De forma semelhante, Pons ES, et al. (2024), ao analisarem dados de 7.528 crianças brasileiras, encontraram prevalência de automedicação de 22,2%, com destaque para analgésicos e antitérmicos entre os medicamentos utilizados sem indicação profissional. Em adultos, Bazoni PS, et al. (2023), em estudo transversal realizado no município de Alegre, Espírito Santo, identificaram prevalência de automedicação de 69,4% entre 654 participantes, com predominância de medicamentos de venda livre, especialmente dipirona e paracetamol.

A automedicação pode estar associada a diferentes fatores, como experiências anteriores com determinados medicamentos, indicação de familiares ou conhecidos, facilidade de acesso aos produtos e busca de informações por meios de comunicação. Além disso, o uso sem orientação adequada pode favorecer escolhas inadequadas, erros de dose e duração do tratamento, associações entre medicamentos e desconhecimento de contraindicações, aumentando a possibilidade de eventos adversos e interações medicamentosas. A percepção dos riscos também merece atenção no ambiente das farmácias, uma vez que estudo realizado com atendentes de farmácias brasileiras identificou a participação desses profissionais no contexto da automedicação e a necessidade de maior compreensão acerca dos riscos envolvidos nessa prática (CONRAD GS, et al., 2023).

Nesse contexto, a promoção do uso racional de medicamentos constitui uma importante estratégia de saúde pública. O Ministério da Saúde destaca que o uso inadequado de medicamentos pode representar um problema significativo para a saúde da população e reforça a necessidade de ações voltadas à segurança e ao uso racional desses produtos (BRASIL, 2021).

A atuação do farmacêutico apresenta particular importância nesse cenário. As Diretrizes Nacionais do Cuidado Farmacêutico no âmbito do Sistema Único de Saúde estabelecem que o cuidado farmacêutico deve ser orientado ao uso seguro e racional de medicamentos e aos melhores resultados em saúde, envolvendo ações técnico-pedagógicas e clínico-assistenciais (BRASIL, 2026).

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar os riscos associados à automedicação com medicamentos isentos de prescrição, considerando a elevada disponibilidade desses produtos e a possibilidade de utilização inadequada. O objetivo geral deste estudo é analisar os riscos associados ao uso irracional de medicamentos isentos de prescrição. Como objetivos

específicos, busca-se identificar os principais fatores associados à automedicação com MIPs; descrever os principais riscos decorrentes do uso inadequado desses medicamentos; e discutir a importância da orientação farmacêutica para a promoção do uso seguro e racional de MIPs.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, na qual foram selecionados artigos científicos nas bases de dados PubMed, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os Medical Subject Headings (MeSH): "Automedicação", "Medicamentos Isentos de Prescrição" e "Uso Racional de Medicamentos", bem como seus correspondentes em inglês, "Self-Medication", "Over-the-Counter Drugs" e "Rational Use of Medicines", utilizando o operador booleano AND entre os descritores.

Foram considerados estudos publicados no período de 2021 a 2026, nos idiomas português e inglês, que apresentassem relação direta com a temática da automedicação e do uso de medicamentos isentos de prescrição. Foram incluídos artigos científicos originais, disponíveis na íntegra, que investigassem a prática da automedicação, o consumo de MIPs, os fatores associados ao uso sem prescrição ou os riscos decorrentes do uso irracional desses medicamentos.

Como critérios de exclusão, foram retirados os estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, bem como artigos de revisão, revisão integrativa, revisão sistemática, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, relatos de caso, editoriais, cartas ao editor, estudos duplicados e publicações que não abordassem diretamente a relação entre automedicação, medicamentos isentos de prescrição e seus riscos.

As variáveis analisadas nos estudos selecionados compreenderam perfil dos indivíduos que praticam automedicação, frequência do uso de medicamentos sem prescrição, tipos de medicamentos utilizados, principais motivos para a automedicação, fatores associados ao consumo de MIPs e riscos relacionados ao seu uso, incluindo reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações, contraindicações, uso inadequado de doses e possível mascaramento de sintomas ou doenças.

Foram incluídos estudos observacionais, estudos transversais, estudos de base populacional e estudos quantitativos ou qualitativos originais, desde que apresentassem dados relacionados à temática proposta. A seleção dos artigos ocorreu mediante análise dos títulos,

resumos e textos completos, considerando sua adequação aos critérios previamente estabelecidos.

A busca inicial identificou estudos nas bases selecionadas, sendo posteriormente realizada a triagem e aplicação dos critérios de elegibilidade. Após esse processo, foram selecionados 11 artigos científicos originais para compor a revisão de literatura narrativa.

Os dados obtidos foram organizados de forma descritiva e qualitativa, sendo apresentados por meio de síntese dos principais achados dos estudos selecionados. Foram considerados, para a análise, o autor, ano de publicação, local do estudo, delineamento, população ou amostra, medicamentos investigados, fatores associados à automedicação e principais riscos identificados. Por se tratar de uma revisão de literatura narrativa, não foi realizada análise estatística ou metanálise, sendo os resultados interpretados de maneira comparativa e descritiva.

RESULTADOS

Foram incluídos 11 artigos científicos na revisão de literatura narrativa, publicados entre 2021 e 2026, com estudos realizados predominantemente no Brasil. Os trabalhos apresentaram delineamento observacional, transversal, descritivo e/ou quantitativo, sendo analisadas diferentes populações, incluindo adolescentes, adultos, idosos, estudantes universitários, crianças, usuários de farmácias comunitárias e atendentes de farmácias. Os estudos avaliaram principalmente a prevalência da automedicação, os medicamentos utilizados, os fatores associados à prática, o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), as interações medicamentosas, a percepção dos riscos e a participação do farmacêutico na orientação aos usuários.

Entre os estudos analisados, Godinho JL, et al. (2022), com 2.515 adolescentes de 18 e 19 anos, identificaram que 70,09% dos participantes que utilizaram medicamentos relataram uso sem prescrição ou indicação profissional, sendo que 93,68% dos medicamentos utilizados por automedicação eram classificados como medicamentos de venda livre. Ramires RO, et al. (2022), em estudo realizado com usuários da Atenção Primária à Saúde, encontraram prevalência de automedicação de 55%, enquanto Bazoni PS, et al. (2023), em uma amostra de 654 adultos, identificaram prevalência de 69,4%. Neste último estudo, os medicamentos de venda livre foram diretamente relacionados à prática, com destaque para dipirona e paracetamol.

Em relação ao uso de MIPs e aos riscos associados, Mororó IC, et al. (2021), ao avaliarem 100 usuários de uma farmácia comunitária de Petrolina, identificaram 153 potenciais interações medicamentosas, sendo 84,2% classificadas como de gravidade moderada. Além disso, 56% dos participantes estavam sujeitos a pelo menos uma interação medicamentosa e 92% relataram não seguir as instruções da bula. Conrad GS, et al. (2023), em estudo com atendentes de farmácias de Pelotas, verificaram que 41,6% dos participantes praticavam automedicação pelo menos uma vez ao mês e 66,3% realizavam indicação de MIPs aos clientes. Entre os participantes, 75,2% não se consideravam preparados para auxiliar os usuários na automedicação.

A automedicação também foi observada em populações específicas. Pons ES, et al. (2024), em estudo envolvendo 7.528 crianças brasileiras, identificaram prevalência de automedicação de 22,2%, com predominância do uso de analgésicos e antitérmicos. Teodoro VD, et al. (2025), ao analisarem estudantes e graduados de Odontologia, encontraram elevada frequência de automedicação, com predominância de analgésicos entre os medicamentos utilizados. Souza KB, et al. (2025), em estudo com estudantes universitários da região Sul do Brasil, também identificaram elevada ocorrência de automedicação, tendo a cefaleia como um dos principais motivos relatados.

No estudo de Viana EC, Silva RC e Espírito Santo CAF (2026), realizado com 222 usuários de dez farmácias comunitárias de Anápolis, Goiás, foram identificados como medicamentos mais utilizados a dipirona sódica (93,21%), o paracetamol (69,68%), os antialérgicos (64,25%), os antiácidos (54,75%) e os xaropes (51,13%). A decisão própria foi responsável por 45,70% das condutas de automedicação, enquanto 40,54% dos participantes raramente verificavam contraindicações e efeitos adversos. Já Pereira LB, et al. (2025), ao analisarem 23.859 casos de intoxicação exógena por automedicação registrados no Brasil, identificaram predominância de adultos entre 20 e 59 anos e do sexo feminino, correspondendo as mulheres a 70,8% dos casos.

De maneira geral, os estudos selecionados apresentaram resultados que demonstraram elevada frequência de automedicação e expressiva utilização de medicamentos de venda livre, especialmente analgésicos, antitérmicos e antialérgicos. Também foram identificados eventos relacionados ao uso inadequado, incluindo potenciais interações medicamentosas, baixa observância das orientações presentes nas bulas, intoxicações e utilização de medicamentos sem orientação profissional. Os principais resultados dos estudos incluídos encontram-se apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão de literatura narrativa

Autor, ano	População	Intervenção/exposição	Resultado principal
Mororó, Pereira e Pedrosa (2021)	100 usuários de uma farmácia comunitária de Petrolina, PE	Automedicação e utilização concomitante de medicamentos prescritos e MIPs	Foram identificadas 153 potenciais interações medicamentosas, sendo 84,2% de gravidade moderada. 56% dos participantes estavam sujeitos a pelo menos uma interação medicamentosa e 92% não seguiam as instruções da bula, evidenciando riscos relacionados ao uso inadequado.
Araújo Júnior et al. (2021)	Acadêmicos de Odontologia e Enfermagem de instituição pública do Piauí	Prática de automedicação e fatores sociodemográficos e relacionados ao conhecimento sobre medicamentos	O estudo identificou prevalência relevante de automedicação entre estudantes da área da saúde, demonstrando que o conhecimento acadêmico não elimina a prática de utilizar medicamentos por iniciativa própria.
Godinho et al. (2022)	2.515 adolescentes de 18–19 anos de São Luís, MA	Uso de medicamentos sem prescrição ou indicação profissional	Entre os adolescentes que haviam utilizado medicamentos, 70,09% relataram uso sem prescrição ou indicação profissional. Os medicamentos classificados como *over-the-counter* corresponderam a 93,68% dos utilizados por automedicação.
Ramires et al. (2022)	1.365 adultos e idosos atendidos na Atenção Primária à Saúde	Automedicação nos 30 dias anteriores e fatores associados	A prevalência de automedicação foi de 55%. Os principais motivos foram dor (89%), gripe/resfriado/dor de garganta (18,9%) e febre (6,9%). Os autores destacaram os riscos de terapias inadequadas, intoxicações e dependência.
Conrad et al. (2023)	Atendentes de farmácias de Pelotas, RS	Automedicação dos atendentes e indicação de MIPs aos clientes	41,6% dos atendentes afirmaram automedicar-se pelo menos uma vez por mês e 66,3% indicavam MIPs aos clientes. Além disso, 75,2% não se consideravam preparados para auxiliar clientes na automedicação, indicando a necessidade de qualificação e atuação farmacêutica.
Bazoni et al. (2023)	654 adultos residentes em Alegre, ES	Automedicação durante a pandemia de COVID-19	69,4% dos participantes praticavam automedicação. O comportamento esteve diretamente relacionado aos medicamentos de venda livre, principalmente dipirona e paracetamol, demonstrando a predominância dos MIPs nessa prática.

Pons et al. (2024)	7.528 crianças brasileiras de 0–12 anos	Uso de medicamentos sem indicação médica ou odontológica	A prevalência de automedicação foi de 22,2%. Dor, febre, resfriado e rinite alérgica foram as principais condições relacionadas à prática, com destaque para analgésicos/antipiréticos.
Teodoro et al. (2025)	195 estudantes e graduados de Odontologia de universidade privada de SP	Automedicação e medicamentos utilizados para tratamento de sintomas	98,75% dos participantes relataram automedicação. Os analgésicos foram a classe mais utilizada e a cefaleia foi o principal motivo. Apesar disso, 85,64% reconheciam os riscos da prática, demonstrando que o conhecimento sobre os riscos não necessariamente impede a automedicação.
Souza et al. (2025)	1.553 estudantes universitários da região Sul do Brasil	Prática de automedicação antes e durante a pandemia de COVID-19	A automedicação foi relatada por 97,2% dos estudantes no período anterior à pandemia e por 57,2% durante a pandemia. A cefaleia foi o sintoma mais frequente, e internet, familiares/amigos e farmacêuticos foram importantes fontes de informação.
Pereira et al. (2025)	23.859 casos brasileiros de intoxicação por automedicação registrados no SINAN entre 2014–2023	Intoxicações exógenas relacionadas à automedicação	O estudo identificou 23.859 casos de intoxicação. Houve predominância de adultos de 20–59 anos e mulheres (70,8%), além de aumento nacional das notificações, especialmente em 2022 e 2023. Os resultados evidenciam que a automedicação pode produzir consequências graves, incluindo casos fatais.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2026).

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os riscos associados à automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs), considerando os fatores relacionados ao seu uso e as possíveis consequências para a saúde. A análise dos estudos selecionados demonstra que a automedicação está presente em diferentes grupos populacionais brasileiros, abrangendo adolescentes, adultos, idosos, estudantes da área da saúde, usuários de farmácias comunitárias e crianças, neste último caso mediante a decisão dos responsáveis. De maneira geral, os trabalhos apontam para uma utilização expressiva de medicamentos sem orientação profissional, especialmente analgésicos e antitérmicos, além de evidenciarem problemas

relacionados às interações medicamentosas, ao uso inadequado e às intoxicações (MORORÓ IC, et al., 2021; ARAÚJO JÚNIOR AG, et al., 2021; GODINHO JL, et al., 2022; RAMIRES RO, et al., 2022; CONRAD GS, et al., 2023; BAZONI PS, et al., 2023; PONS ES, et al., 2024; TEODORO VD, et al., 2025; SOUZA KB, et al., 2025; PEREIRA LB, et al., 2025; VIANA ECB, SILVA RC e ESPÍRITO SANTO CAF, 2026).

A utilização de medicamentos sem acompanhamento profissional pode assumir diferentes formas, desde a escolha do fármaco até a definição da dose e do período de tratamento. Em Petrolina, Mororó IC, Pereira e Pedrosa (2021) identificaram 153 potenciais interações medicamentosas entre os participantes, das quais 84,2% foram classificadas como de gravidade moderada. Além disso, 56% dos usuários estavam sujeitos a pelo menos uma interação medicamentosa e 92% não seguiam as instruções contidas na bula. Esses resultados demonstram que os riscos da automedicação não estão restritos à escolha de um medicamento sem prescrição, mas também envolvem a forma como o produto é utilizado e sua possível associação com outros medicamentos. A utilização concomitante de medicamentos prescritos e MIPs pode aumentar a complexidade da farmacoterapia e favorecer problemas relacionados à segurança do tratamento (MORORÓ IC, et al., 2021).

A presença desse comportamento entre estudantes da área da saúde chama atenção para a complexidade dos fatores envolvidos na automedicação. Araújo Júnior AG, et al. (2021), ao investigarem acadêmicos de Odontologia e Enfermagem, encontraram prevalência relevante da prática, demonstrando que a formação acadêmica relacionada à saúde não impede, por si só, a utilização de medicamentos por iniciativa própria. Esse aspecto também foi observado por Teodoro VD, et al. (2025), que identificaram automedicação em 98,75% dos estudantes e graduados de Odontologia avaliados. Embora 85,64% dos participantes reconhecessem os riscos relacionados à prática, esse conhecimento não foi suficiente para impedir o consumo de medicamentos sem orientação profissional.

Entre adolescentes de 18 e 19 anos, Godinho JL, et al. (2022) encontraram resultado igualmente expressivo: 70,09% daqueles que haviam utilizado medicamentos relataram uso sem prescrição ou indicação profissional, sendo 93,68% dos medicamentos utilizados classificados como produtos de venda livre. Dessa forma, os resultados sugerem que o conhecimento sobre medicamentos não constitui o único elemento determinante do comportamento de automedicação (ARAÚJO JÚNIOR AG, et al., 2021; GODINHO JL, et al., 2022; TEODORO VD, et al., 2025).

A escolha dos medicamentos também esteve relacionada principalmente a sintomas considerados frequentes pela população. Na Atenção Primária à Saúde, Ramires RO, et al. (2022) verificaram que a dor foi o principal motivo associado à automedicação, seguida por gripe, resfriado, dor de garganta e febre. Durante a pandemia de COVID-19, Bazoni PS, et al. (2023) identificaram prevalência de automedicação de 69,4% entre os participantes, com predomínio de medicamentos de venda livre, especialmente dipirona e paracetamol.

Entre crianças brasileiras, Pons ES, et al. (2024) encontraram prevalência de automedicação de 22,2%, sendo dor, febre, resfriado e rinite alérgica as condições mais relacionadas ao uso de medicamentos sem indicação médica ou odontológica. A recorrência de analgésicos e antitérmicos nos diferentes grupos avaliados evidencia a familiaridade da população com essas classes de medicamentos e sua associação com sintomas cotidianos, embora a utilização sem avaliação adequada possa resultar em erros de dose, duração inadequada do tratamento e exposição a eventos adversos (RAMIRES RO, et al., 2022; BAZONI PS, et al., 2023; PONS ES, et al., 2024).

O acesso à informação também aparece como elemento relacionado ao comportamento de automedicação. Souza KB, et al. (2025), em estudo com 1.553 estudantes universitários da região Sul do Brasil, identificaram a internet, familiares, amigos e farmacêuticos entre as fontes utilizadas para obtenção de informações sobre medicamentos. A utilização do ambiente digital como fonte de informação assume importância ainda maior diante dos achados de Viana ECB, Silva RC e Espírito Santo CAF (2026), que avaliaram o autodiagnóstico na internet e a automedicação com MIPs em farmácias comunitárias de Anápolis, Goiás. Nesse estudo, 45,70% dos participantes relataram tomar a decisão de utilizar medicamentos por conta própria, enquanto 40,54% raramente verificavam contraindicações e efeitos adversos. Embora a internet possa facilitar o acesso à informação em saúde, a interpretação individual de sintomas e conteúdos disponíveis on-line pode favorecer a adoção de condutas terapêuticas sem avaliação profissional, sobretudo quando o usuário associa determinado sintoma a um diagnóstico previamente conhecido (SOUZA KB, et al., 2025; VIANA ECB, SILVA RC e ESPÍRITO SANTO CAF, 2026).

A participação dos profissionais que atuam no ambiente da farmácia constitui outro aspecto relevante para a segurança do uso de MIPs. Conrad GS, et al. (2023) verificaram que 66,3% dos atendentes de farmácia entrevistados afirmaram realizar indicação de medicamentos isentos de prescrição aos clientes, enquanto 75,2% declararam não se considerar preparados para

auxiliar os usuários na automedicação. Os dados apontam para uma possível fragilidade no processo de orientação, especialmente quando a indicação de medicamentos ocorre sem avaliação adequada das condições individuais do usuário. Nesse cenário, a atuação do farmacêutico pode contribuir para a identificação de contraindicações, interações medicamentosas, necessidade de encaminhamento a outros profissionais e utilização inadequada dos medicamentos. A relevância dessa intervenção é reforçada pelos achados de Mororó IC, Pereira e Pedrosa (2021), que demonstraram a ocorrência de potenciais interações medicamentosas em usuários de uma farmácia comunitária, incluindo associações envolvendo MIPs (CONRAD GS, et al., 2023; MORORÓ IC, et al., 2021).

As consequências da automedicação podem alcançar níveis mais graves, especialmente quando o uso inadequado resulta em intoxicação. Pereira LB, et al. (2025), ao analisarem registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), identificaram 23.859 casos brasileiros de intoxicação relacionados à automedicação no período de 2014 a 2023. Houve predominância de adultos entre 20 e 59 anos e de mulheres, além de aumento das notificações nos anos mais recentes analisados. A ocorrência de intoxicações evidencia que a automedicação não deve ser compreendida apenas como uma prática cotidiana de utilização de medicamentos para sintomas leves, pois pode resultar em eventos de maior gravidade. Esse cenário estabelece relação com os achados de Mororó IC, Pereira e Pedrosa (2021), nos quais foram identificadas numerosas potenciais interações medicamentosas, demonstrando que a utilização simultânea de diferentes fármacos pode ampliar os riscos relacionados à farmacoterapia (MORORÓ IC, et al., 2021; PEREIRA LB, et al., 2025).

A comparação entre os estudos permite observar que a automedicação permanece presente mesmo quando existem diferentes possibilidades de acesso à informação e aos serviços de saúde. A prática foi identificada entre usuários da Atenção Primária, frequentadores de farmácias comunitárias, estudantes universitários, adolescentes e indivíduos com formação na área da saúde, apresentando diferentes níveis de frequência conforme a população investigada (ARAÚJO JÚNIOR AG, et al., 2021; GODINHO JL, et al., 2022; RAMIRES RO, et al., 2022; BAZONI PS, et al., 2023; SOUZA KB, et al., 2025; TEODORO VD, et al., 2025). Esse conjunto de evidências demonstra que a disponibilidade de informações não necessariamente conduz ao uso racional dos medicamentos. A decisão de se automedicar pode permanecer associada à familiaridade com determinados fármacos, à percepção de que determinados sintomas não

exigem atendimento profissional e à facilidade de aquisição dos MIPs (GODINHO JL, et al., 2022; BAZONI PS, et al., 2023; VIANA ECB, SILVA RC e ESPÍRITO SANTO CAF, 2026).

Como limitação desta revisão, destaca-se a heterogeneidade dos estudos analisados, que apresentam diferenças quanto às populações investigadas, aos tamanhos das amostras, aos locais de realização, aos períodos de coleta e aos instrumentos utilizados para obtenção das informações. Essa diversidade limita a comparação direta entre as prevalências identificadas e dificulta a generalização dos resultados para toda a população brasileira. Além disso, estudos baseados em informações autorreferidas podem estar sujeitos a limitações relacionadas à memória e à percepção dos participantes. Apesar dessas limitações, a convergência dos resultados evidencia a necessidade de fortalecer ações de educação em saúde, ampliar o acesso a informações qualificadas e promover maior participação do farmacêutico na orientação dos usuários, especialmente diante da ampla disponibilidade dos medicamentos isentos de prescrição (RAMIRES RO, et al., 2022; CONRAD GS, et al., 2023; PONS ES, et al., 2024; PEREIRA LB, et al., 2025; VIANA ECB, SILVA RC e ESPÍRITO SANTO CAF, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição constitui uma prática frequente e que, apesar da facilidade de acesso a esses medicamentos, seu uso não é isento de riscos. Os estudos analisados demonstraram que a utilização sem orientação adequada pode estar relacionada a interações medicamentosas, reações adversas, intoxicações, uso incorreto de doses e prolongamento desnecessário do tratamento.

Os resultados também evidenciaram que a automedicação ocorre em diferentes grupos populacionais, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos e estudantes da área da saúde. Entre os medicamentos mais utilizados, destacaram-se principalmente analgésicos, antitérmicos e outros medicamentos destinados ao alívio de sintomas comuns, como dor, febre e sintomas gripais.

Dessa forma, conclui-se que o fato de um medicamento ser isento de prescrição não significa que sua utilização possa ocorrer de maneira indiscriminada. A orientação adequada ao usuário constitui medida importante para reduzir os riscos associados à automedicação e favorecer o uso seguro dos medicamentos.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do farmacêutico na orientação dos usuários, na identificação de possíveis problemas relacionados aos medicamentos e na promoção do uso racional. A ampliação das ações de educação em saúde e do acesso à informação qualificada também pode contribuir para reduzir práticas inadequadas de automedicação e seus possíveis impactos à saúde da população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR AG, et al. Prevalência da automedicação em acadêmicos de odontologia e enfermagem em uma instituição pública brasileira. Arquivos em Odontologia, 2021; 57: e04.

BAZONI PS, et al. Self-medication during the COVID-19 pandemic in Brazil: findings and implications to promote the rational use of medicines. International Journal of Environmental Research and Public Health, 2023; 20(12): 6143.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação vigente de MIP. Brasília, DF: Anvisa, 2020. Atualizado em 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 882, de 2024: dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição. Brasília, DF: Anvisa, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Contribuições para a promoção do uso racional de medicamentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado farmacêutico no SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

CONRAD GS, et al. Percepção de atendentes de farmácias sobre os riscos da automedicação. Revista Contexto & Saúde, 2023; 23(47): e13431.

GODINHO JLP, et al. Prevalence of self-medication and associated factors in adolescents aged 18–19 years: the 1997/1998 cohort in São Luís-MA, Brazil. Ciência & Saúde Coletiva, 2022; 27(8): 3341-3353.

MORORÓ ICC, PEREIRA MC, PEDROSA SCBL. Automedicação e interações medicamentosas potenciais em uma farmácia comunitária em Petrolina, Pernambuco. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, 2021; 25(4).

PEREIRA LB, et al. Epidemiological profile of exogenous intoxications by self-medication in Brazil: a decade of trends and the impact of the COVID-19. Pharmacoepidemiology and Drug Safety, 2025; 34(11): e70269.

PONS ES, et al. Self-medication in children aged 0–12 years in Brazil: a population-based study. Revista Paulista de Pediatria, 2024; 42: e2022137.

RAMIRES RO, et al. Automedicação em usuários da Atenção Primária à Saúde: motivadores e fatores associados. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, 2022; 43(1): 75-86.

SOUZA KB, et al. Self-medication practice of university students of South Brazil and its implications during the COVID-19 pandemic: a cross-sectional study. Discover Public Health, 2025; 22: 334.

TEODORO VD, et al. Assessing self-medication habits among dental students from a private university in the state of São Paulo, Brazil: a cross-sectional study. Brazilian Journal of Oral Sciences, 2025; 24: e255684.

VIANA ECB, SILVA RC, ESPÍRITO SANTO CAF. Autodiagnóstico na internet e automedicação com medicamentos isentos de prescrição em Anápolis, Goiás. Revista de Epidemiologia e Saúde Pública, 2026; 4(1).